

Disseminando o Direito Urbanístico através do ensino a distância virtual:

a proposta da PUC Minas Virtual e

Curso Virtual de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos

Edésio Fernandes, Helena Dolabela Pereira e Rafael de Oliveira Alves¹

Paper apresentado no 4o. Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico
Oficina: Implementação do Direito Urbanístico nas Universidades
São Paulo/SP, Dezembro de 2006

1 Introdução

2 Os Cursos Virtuais em Direito Urbanístico

2.1 Público-Alvo e Metodologia dos Cursos Virtuais

2.2 Conteúdos dos Cursos Virtuais

3 O Curso Virtual em Regularização Fundiária

3.1 Antecedentes: o Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável do Ministério das Cidades

3.2 A proposta do Curso: conteúdos e dinâmicas

3.3 Uma breve avaliação

4 Conclusão

5 Anexo

1 Introdução

Logo em seguida a criação em 1999 de um sofisticado Departamento de Ensino a Distância Virtual - www.virtual.pucminas.br -, a PUC Minas Virtual iniciou uma promissora tradição de cursos virtuais em Direito Urbanístico. Até hoje, já foram oferecidos módulos de Direito Urbanístico em três Cursos de Especialização Lato Sensu em Direito Público e em um Curso de Especialização Lato Sensu em Direito Registral; um Curso de Atualização em Direito Urbanístico e Ambiental; um módulo de Direito Urbanístico em um Curso de Atualização em Direitos Humanos e Direitos dos Cidadãos; e um Curso de Atualização em Regularização Fundiária de Assentamentos Informais. Em 2006, foi lançado o 1º. Curso de Especialização Lato Sensu em Direito Urbanístico, que se encontra em andamento.

Este *paper* pretende apresentar e discutir essa experiência pioneira de disseminação do Direito Urbanístico através do ensino a distância virtual.

¹ Edésio Fernandes é jurista e urbanista, mestre e doutor em Direito (edesiofernandes@compuserve.com); Helena Dolabela Pereira é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais; Rafael de Oliveira Alves é mestrando em Direito da Cidade

Em seguida a uma apresentação geral da proposta da PUC Minas Virtual, o *paper* destacará o Curso de Atualização em Regularização Fundiária de Assentamentos Informais que foi recentemente promovido, para cerca de 900 participantes de todo o Brasil, como resultado da parceria estabelecida entre o Ministério das Cidades, a Aliança das Cidades e a PUC Minas Virtual, com apoio do IBDU – Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Como conclusão, o *paper* discutirá as principais vantagens e os limites do ensino virtual para o avanço da disseminação do Direito Urbanístico no Brasil.

2 Os Cursos Virtuais em Direito Urbanístico

Nas duas últimas décadas, a ordem jurídica urbanística no Brasil evoluiu significativamente, consolidando-se não só através do capítulo constitucional sobre política urbana e por meio de importantes leis específicas como a Lei Federal no. 10.257/01 (Estatuto da Cidade) e de decisões judiciais pioneiras, como também em razão do envolvimento crescente de diferentes atores governamentais e não-governamentais – Municípios, ONGs, Ministério Público, associações de moradores – com as questões urbanas e ambientais. Dentre essas questões se incluem a produção da moradia nas cidades, bem como a proteção dos valores do desenvolvimento sustentável e integrado e da preservação do patrimônio cultural e ambiental. Mais do que nunca, tais questões requerem dos profissionais envolvidos nessa área interdisciplinar do conhecimento uma nova postura e um novo olhar para o seu enfrentamento.

Contudo, a verdade é que, a despeito de alguns avanços importantes na formulação de políticas públicas e na implementação de novas estratégias de gestão urbano-ambiental, ainda há muitos problemas e obstáculos para a efetiva materialização dos novos princípios jurídicos e dispositivos constitucionais e legais em vigor sobre a matéria do controle do desenvolvimento urbano. Nesse sentido, faz-se necessário repensar o Direito a partir dos novos princípios constitucionais e legais que informam o ordenamento jurídico brasileiro, notadamente os princípios da função sócio ambiental da propriedade e da cidade e da gestão democrática da cidade.

Plenamente inserida nesse contexto, a série de cursos em Direito Urbanístico lançada pela PUC Minas Virtual sob a coordenação acadêmica de Edésio Fernandes (Bacharel, Mestre e Doutor em Direito, bem como Especialista em Urbanismo) tem por principais objetivos propiciar um amplo conhecimento e reflexão crítica sobre o novo marco jurídico da propriedade imobiliária urbana e sobre os princípios informadores do Direito Urbanístico brasileiro; capacitar os participantes a interpretarem e aplicarem a legislação urbanística em vigor; bem como estudar e discutir casos práticos de aplicação da legislação urbanística em diversas esferas governamentais.

2.1 Público-Alvo e Metodologia dos Cursos Virtuais

Os cursos virtuais destinam-se a juristas – bacharéis em Direito, advogados, juízes, procuradores dos Estados e dos Municípios, advogados da União, procuradores federais, defensores públicos e membros do Ministério Público –, e também a urbanistas, membros de ONGs e demais interessados nos temas do Direito Urbanístico.

Para cumprir o curso no período previsto, os alunos devem dedicar aos estudos uma média de 08 (oito) horas semanais. Os principais benefícios para os alunos são: horário flexível, respeitado o prazo limite estabelecido para o curso; possibilidade de realização do curso em casa ou em local de trabalho; atendimento individualizado; material didático básico elaborado para o curso incluído no custo total do investimento; e suporte tecnológico durante todo o período de realização do curso.

Os Cursos de Especialização Lato Sensu são plenamente reconhecidos pelo MEC sendo que seus módulos podem ser cursados na forma de disciplina isolada.

Todos os cursos são desenvolvidos pela Internet. Em que pese o avanço impressionante das possibilidades tecnológicas de comunicação, plenamente assimiladas pelo sistema da PUC Minas Virtual, é preciso encontrar um equilíbrio no que diz respeito aos requerimentos para participação nos cursos virtuais, de forma a evitar a caracterização de uma “exclusão tecnológica”.² Os alunos contam com o apoio tecnológico permanente da equipe da PUC Minas Virtual, sendo que o contato pode se dar por telefone, fax e naturalmente pela internet, dentro e fora do ambiente do curso virtual.

Os alunos também contam com o apoio permanente e sistemático dos professores e de tutores selecionados para os cursos virtuais. A concepção de ensino-aprendizagem adotada respalda-se na interação entre os participantes do curso (aluno-professor, aluno-aluno, tutor-aluno). Essa interação pode ser síncrona, através do programa “*Same Time*” que os alunos instalam em seus computadores, por meio de “*chats*”/”bate-papos” ou “aulas virtuais”, ou assíncrona, no ambiente virtual específico do curso.

Também são oferecidas videoconferências sobre os temas das disciplinas que compõem os cursos, para que os alunos possam conhecer os professores. Em cursos passados, diversas teleconferências foram organizadas, as quais eram acompanhadas pelos alunos através de TV a cabo ou satélite, com perguntas sendo enviadas por fax, telefone ou e-mail; dados os altíssimos custos de tais processos, cursos recentes têm privilegiado a realização de videoconferências.

O material didático distribuído previamente ao início de cada curso compõe um “*kit*” que inclui um CD-ROM com os programas eletrônicos que serão utilizados, textos básicos e um Manual do Aluno – guia que contém orientações para a navegação no sistema da PUC Minas Virtual. Além disso, os alunos recebem apostilas especialmente preparadas para pelos professores de cada módulo dos cursos, sendo que, em diversos cursos, a taxa de inscrição paga pelos alunos também inclui a aquisição, e remessa no “*kit*”, de alguns livros de

² Para participar dos cursos virtuais, os interessados tem que preencher os seguintes requisitos tecnologicos basicos: Processador Pentium II 266 MHz ;128 MB de memória RAM; Drive de CD-ROM 8X ; Placa de vídeo configurada para 800 x 600 pixels e 256 cores; Placa de som com caixas acústicas (ou fones de ouvido) e microfone ; Windows 2000 Professional (SP2) ou XP (SP1), sendo possível a utilização do Windows 98 ou ME, mas sem qualquer tipo de suporte; Microsoft Internet Explorer (versão 6.0X ou superior); Máquina Virtual Java (Java Runtime Environment) da Sun Microsystems (versão 1.4.2 ou superior); Acesso à Internet, com velocidade mínima de conexão de 56 kbps; e Correio eletrônico/pessoal/(e-mail).

interesse. Na primeira semana de cada curso, os alunos passam por um processo de capacitação tecnológica para aprenderem a explorar e utilizar as muitas possibilidades do sistema.

Durante o desenvolvimento do curso, em cada módulo os alunos devem ler os argumentos preparados pelos professores e disponibilizados no ambiente do curso; cumprir as leituras indicadas, que em sua maioria são disponibilizadas eletronicamente; e responder as questões formuladas e/ou realizar as tarefas propostas, dentro de prazos previamente estabelecidos em cronograma. Respostas e tarefas são comentadas e avaliadas pelos professores e tutores. De maneira geral, nos Cursos de Atualização os alunos que realizarem no mínimo 70% (setenta por cento) das atividades propostas e obtiverem, no mínimo, 60 (sessenta) pontos, do total dos 100 (cem) pontos distribuídos durante o Curso Virtual, recebem um Certificado de Atualização emitido pela PUC Minas.

O “Correio Acadêmico” permite que os alunos se mantenham em contato direto com os professores e tutores, bem como entre si. De especial importância é o “Fórum de Discussões”, onde os alunos, professores e tutores podem estabelecer trocas de todo tipo: artigos de jornal, anúncios de eventos e publicações, leis e decisões judiciais, informações em geral, etc. Ao lado, o “Centro de Recursos” organiza todos os materiais preparados pelos professores e disponibilizados para os alunos, as leituras recomendadas e outros textos, bem como os “links” para as videoconferências. Um “Banco de Legislação” e de decisões judiciais está sendo formado gradualmente com as contribuições dos alunos dos diversos cursos.

Em se tratando de cursos de especialização, uma exigência legal para seu reconhecimento é que os alunos cumpram provas presenciais para cada módulo do curso. Normalmente, tais provas acontecem no mesmo dia em 04 (quatro) cidades diferentes, ficando a cargo do aluno a escolha da cidade que mais lhe convier. As provas são corrigidas pelos professores. Também nos cursos de especialização, os alunos têm que desenvolver uma Monografia sob orientação de um dos professores, devendo defendê-las perante uma Banca Examinadora. Um “Banco Virtual de Monografias” está sendo atualmente montado, com as diversas monografias já aprovadas em cursos passados.

2.2 Conteúdos dos Cursos Virtuais

Os cursos de Especialização em Direito Urbanístico cobrem o seguinte programa: Urbanização e Política Urbana no Brasil; Evolução do Direito Urbanístico; Elementos da Ordem Jurídico-Urbanística; Regularização Fundiária de Assentamentos Informais; e Direito Urbanístico e Direito Registral. Por exigência legal, tais Cursos de Especialização também incluem disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa e de Ensino.

Já nos cursos de atualização, os principais temas cobertos pelos cursos são geralmente organizados em dois blocos, quais sejam, Evolução da Legislação Urbanística e Gestão Urbanística nos Municípios, cobrindo os seguintes temas.

Bloco I Evolução da Legislação Urbanística

1.1 Disciplina jurídica do processo de uso/ocupação/parcelamento do solo urbano e rural

- evolução do conceito de direito de propriedade imobiliária e a ação do Poder Público: Código Civil vs. função social da propriedade;
- evolução da legislação federal (urbanística/ambiental/patrimônio cultural);
- Constituição Federal de 1988, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais.

1.2 Instrumentos jurídicos para controle do uso do solo

- Plano Diretor, legislação urbanística municipal, zoneamento;
- outros instrumentos jurídicos (urbanísticos /financeiros/fiscais) para ação (urbanística/ambiental/patrimônio cultural) do Poder Público.

1.3 A produção social da ilegalidade urbana

- legalidade e ilegalidade na produção do espaço urbano;
- favelas, loteamentos irregulares e clandestinos, cortiços e outras formas de assentamentos e construções irregulares;
- políticas de regularização fundiária.

1.4 Proteção jurídica do meio ambiente

- políticas setoriais e ambientais;
- impacto ambiental, Rimas e ação ambiental dos Municípios.

1.5 Principais obstáculos ao cumprimento da legislação urbanístico-ambiental

Bloco II Gestão Urbanística nos Municípios

2.1 A ação dos Municípios;

- evolução do papel dos Municípios na gestão urbanístico-ambiental;
- Constituição Federal de 1988, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas;
- relações inter-governamentais;
- Regiões Metropolitanas;
- gestão das áreas rurais.

2.2 Novas estratégias e tendências de gestão

- parcerias públicas (consórcios, comitês de bacias, etc.) e parcerias com o setor privado;
- participação popular no processo de gestão (conselhos, comissões; orçamento participativo; iniciativa popular, referendos; etc.).

2.3 Proteção judicial dos direitos urbanísticos e ambientais

- interesses difusos, direitos coletivos e acesso ao Poder Judiciário;
- o papel do Ministério Público.

3 O Curso Virtual de Regularização Fundiária

Entre abril e julho de 2006, a PUC Minas Virtual promoveu, juntamente com o Ministério das Cidades e a Aliança das Cidades, um Curso Virtual sobre Regularização Fundiária de Assentamentos Informais, envolvendo 13 (treze) professores e 11 (onze) tutores, bem como cerca de 900 (novecentos) inscritos, de todos os Estados brasileiros. Foi uma iniciativa pioneira e ambiciosa, cujos resultados estão aos poucos se fazendo sentir, e que, por isso mesmo, merece uma avaliação especial.

3. Antecedentes: o Programa Nacional de Apoio a Regularização Fundiária Sustentável do Ministério das Cidades

Um dos grandes desafios da ação pública contemporânea – no âmbito urbano – é o tratamento da produção da informalidade, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra urbana e à moradia. O padrão de urbanização, notadamente excludente e elitista, aliado à falta de políticas de habitação para família de baixa renda, entre outros fatores, conforma o quadro atual das cidades brasileiras: caras, ineficientes, segregadoras e violentas. O acesso informal à terra urbana e à moradia no Brasil não é a exceção, mas a regra, e um fenômeno que atinge as cidades grandes e se alastra para as de médio e pequeno porte.

Desde a década de 1980, os municípios brasileiros começaram a desenvolver programas de regularização fundiária para garantir a segurança da posse e a urbanização das áreas irregulares. Entretanto, uma análise mais geral evidencia a inexpressividade dos resultados quantitativos e qualitativos desses programas frente ao incessante crescimento da informalidade no espaço urbano. Vários obstáculos influenciam a capacidade de intervenção socioeconômica, urbanística e ambiental de tais programas, mas um entrave inicial nos chama a atenção: a falta de preparação técnica dos agentes urbanos envolvidos no processo de formulação e implementação dos programas de regularização fundiária.

Para a superação desse quadro, desde 2003 a Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades coordena o Programa “Papel Passado”, que visa a apoiar as administrações dos Estados e Municípios, bem como as entidades e as associações civis na promoção da regularização fundiária de assentamentos informais. Uma das estratégias utilizadas é a capacitação de uma rede de agentes públicos e privados para a implementação de políticas e programas de regularização fundiária em todo o país.

Nesse sentido, foi idealizado pelo Ministério das Cidades – em parceria com a Aliança das Cidades/Cities Alliance e a PUC Minas Virtual, com o apoio do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico/IBDU – o curso a distância “Regularização Fundiária em Assentamentos Informais Urbanos”.

3.2 A Proposta do Curso: objetivos, metodologia, conteúdos e dinâmicas

O Curso de Atualização teve como objetivo refletir sobre as causas e as dimensões da ilegalidade urbana e difundir os principais instrumentos de regularização fundiária, de maneira a garantir que, com as políticas e programas geradas a partir de tal capacitação, os

objetivos propostos pelo Ministério das Cidades pudessem ser alcançados, quais sejam, superar a informalidade urbana – estrutural e estruturante de nossa sociedade – e promover o desenvolvimento urbano e econômico das cidades brasileiras. Assim, o Curso Virtual “Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas” contribuiu para preparar técnicos governamentais, institucionais e operadores do direito, bem como outros profissionais que atuam na área, para implementar as políticas e programas de regularização fundiária sustentável de assentamentos informais urbanos, no âmbito da sua atuação – levando-se em consideração o potencial de desenvolvimento urbano e econômico resultante dessa regularização e dos objetivos do Programa Nacional de Apoio a Regularização Fundiária Sustentável em Áreas Urbanas da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

Para tanto, o Curso se voltou para a capacitação de técnicos que operam as políticas públicas, com perfis bastante heterogêneos, de diferentes partes do país e com experiências profissionais das mais diversas: técnicos de Prefeituras Municipais, Governos Estaduais e do Governo Federal: oficiais de cartórios de registro imobiliário; Promotores de Justiça; magistrados; advogados; urbanistas; membros de ONGs, movimentos sociais e associações, etc; em suma, os operadores do direito e outras instituições que guardam interface direta com a regularização fundiária – todos eles selecionados pelo Ministério das Cidades.

Como é próprio da metodologia dos cursos virtuais, também esse Curso foi integralmente desenvolvido pela Internet, seguindo a mesma concepção de ensino-aprendizagem respalda na interação constante entre os participantes do curso, alunos, professores e tutores. Antes mesmo do início do Curso, os alunos receberam em casa o material didático que incluiu CD-ROM, textos básicos sobre os temas a serem discutidos no Curso Virtual, bem como o Manual do Aluno com orientações para a navegação no sistema. Esse “kit” também incluiu outros materiais previamente preparados e/ou disseminados pelo Ministério das Cidades, como o “Manual de Regularização Fundiária”.

O único investimento financeiro exigido dos participantes foi o pagamento de uma taxa única de inscrição por aluno, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), paga, no ato de inscrição e como condição para que a inscrição seja feita, diretamente pelo aluno. Diversos alunos foram isentos do pagamento dessa taxa simbólica.

Na primeira semana, os alunos participaram da “Capacitação Tecnológica”, etapa em que desenvolvem atividades simuladas para se familiarizem com o ambiente virtual da Puc Minas Virtual. O ambiente apresenta basicamente duas entradas:

- no espaço de “Orientações e conteúdo” o aluno acessa a apresentação do módulo, as boas-vindas do professor, tutor e equipe pedagógica, o cronograma do curso, as orientações e conteúdo da unidade de estudo, bem como o “Centro de Recursos” - local onde se encontra todo material de apoio do Curso;
- em um segundo ambiente, denominado “Comunicações e atividades”, o aluno pode acessar o “correio acadêmico”, um correio eletrônico exclusivo para comunicação com toda equipe do curso; o “Fórum de Discussões”, rico espaço para livre troca de idéias entre os alunos e professores; o ambiente de “Reuniões”, local de acesso às salas virtuais, previamente agendadas; e o ícone de acesso às “Atividades Abertas”, local destinado a realização das atividades propostas em cada uma das unidades de estudo.

Importante destacar que por meio dos correios acadêmicos e da correção às atividades abertas, todos os alunos receberam atendimento personalizado pelos tutores e equipe de apoio do curso, seja para solver dúvidas sobre tecnologia ou sobre o conteúdo, seja para comentário, críticas e sugestões – sempre bem-vindos. Ao final do período e de modo a superar a distância física, foram realizadas 10 (dez) reuniões virtuais, recebidas e respondidas mais de 2.000 mensagens e cerca de 6.000 atividades foram pontuadas e comentadas pela equipe de tutores.

O programa do Curso Virtual expressou a mesma característica de interdisciplinaridade que caracteriza as políticas e programas do Ministério das Cidades sobre o tema, e foi composto por 05 (cinco) módulos – sendo um módulo obrigatório para todos os participantes e quatro módulos optativos, dentre os quais os participantes tiveram que escolher dois, compondo assim um conjunto de (03) três módulos equivalentes a 90 (noventa) horas/aula. Cada módulo teve duração de um mês, período em que o aluno deveria realizar quatro atividades – uma por semana. Para que não ficassem alheios aos outros módulos pelos quais não optou, todos os alunos tiveram acesso aos principais materiais de ensino preparados para todos os cinco módulos. Os alunos que realizaram no mínimo, 70% (setenta por cento) das atividades propostas e obtiveram, no mínimo, 60 (sessenta) pontos, do total dos 100 (cem) pontos distribuídos durante o Curso Virtual, receberam um Certificado de Atualização, emitido pela PUC Minas.

O primeiro módulo, "**Regularização Fundiária: princípios e conceitos básicos**", coordenado pelos professores Edésio Fernandes, Betania Alfonsin e Rosane Tierno, buscou refletir sobre as principais causas históricas do processo de produção informal das cidades e suas diversas implicações sociais, econômicas, ambientais, culturais e jurídicas. Foram apontados os principais obstáculos jurídicos e a evolução das respostas históricas do poder público – dos despejos forçados às políticas de regularização fundiária dos assentamentos informais – e da própria ordem jurídica – Constituição Federal de 1988; Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220. Uma vez que tais programas não pertencem mais a alçada da discricionariedade do gestor público, sendo, antes, um direito fundamental, é necessário conjugar políticas públicas curativas (regularização fundiária) com políticas preventivas (produção de habitação de interesse social) para se efetivar o direito à moradia digna, isto é, o reconhecimento da segurança da posse com a promoção de integração socioespacial. Um caminho privilegiado para tanto é a democratização da gestão pública.

Em seguida, os professores Néelson Saule Junior, Ellade Imparato e Mariana Menciono coordenaram o módulo "**Regularização Fundiária e Patrimônio da União**", que pretendeu refletir os diferentes regimes jurídicos das terras da União, as competências constitucionais dos entes federados, o novo ordenamento jurídico-urbanístico e as principais formas de cooperação entre a União e os estados e municípios. Em seguida, a partir de uma tipologia da informalidade (áreas públicas em áreas urbanas, em áreas rurais, em unidades de conservação, territórios indígenas, em territórios quilombolas, em terrenos de marinha, etc), foram delineados os fundamentos jurídicos, os procedimentos e os instrumentos que podem ser aplicados sobre cada tipologia de assentamento informal de baixa renda, localizados em áreas públicas de domínio da União.

O terceiro módulo foi coordenado pelo professor Venício Salles e teve por objeto a "**Regularização Fundiária em Juízo e Registro Público**". Nesse sentido, buscou-se uma

hermenêutica situada dentro dos parâmetros judiciais para fundamentar o direito à regularização fundiária e à moradia digna. Dessa forma, foram elencados os fundamentos constitucionais e legais que sustentam os programas de regularização, bem como a concretude dos princípios constitucionais e o conteúdo normativo da legislação urbanística municipal, em especial, no Plano Diretor. Em seguida, o professor buscou evidenciar os trâmites, as dificuldades e possibilidades de regularização cartorárias dos assentamentos informais. Destaque especial foi dado para uma nova hermenêutica em que haja a prevalência do interesse social de moradia dos ocupantes sobre o interesse individual de propriedade privada. Por fim, foram listadas as diversas formas de usucapião, seus requisitos e seus respectivos ritos processuais.

Os professores Tereza Borba e Carlos Aguiar, na sequência do Curso, debateram os temas que envolvem a "**Regularização Fundiária e Procedimentos Administrativos**". Nesse módulo, buscou-se discutir a natureza jurídica dos instrumentos de concessão de direito real de uso (CDRU) e de concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM) – os legitimados, espécies (individual ou coletiva), os requisitos (posse contínua, sem oposição, destinação à moradia, bem público, dimensão, área urbana, bem imóvel único), instrução probatória, as questões que envolvem a expedição e registro do título, as questões ambientais e as remoções. Ressaltou-se a importância dos movimentos sociais na construção dos direitos sociais e as formas de reunião de esforços para com instituições como o Ministério Público e Prefeitura para a efetividade do direito à moradia digna.

Por fim, os professores Laura Bueno, Pedro Monteiro e Paulo Romeiro conduziram o quinto módulo: "**Regularização Fundiária e Plano Diretor**". Nele foram discutidos os aspectos urbanísticos, ambientais e técnicos da Regularização Fundiária. Destaque especial ao processo de elaboração e aprovação do Plano Diretor Participativo – instrumento fundamental para se garantir o direito a segurança da posse, seja por meio do gravame de ZEIS, previsão de instrumentos auto-aplicáveis e diretrizes da política municipal de regularização fundiária dos assentamentos informais e de habitação social.

3. Uma breve avaliação

A larga escala do Curso Virtual de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais mobilizou diversos setores do Ministério das Cidades e da PUC Minas Virtual. A constante parceria entre os profissionais de ambos os lados – antes, durante e depois do Curso – possibilitou um trabalho coordenado de grande importância para a adequação do processo de capacitação às exigências e demandas correntes e a avaliação institucional final.

A metodologia específica do Curso buscou atender às expectativas de um grupo plural e interdisciplinar, através, principalmente, como já explicitado, da formatação de um quadro de disciplinas - obrigatória e optativas – que englobam as diversas dimensões dos programas de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos – jurídica, administrativa, urbanística e ambiental.

A definição *a priori* de um objetivo explícito e dos meios de implementação – técnicos e humanos – não retirou o caráter dinâmico e flexível do projeto institucional de capacitação virtual plural e interdisciplinar. As duas principais características do Curso Virtual de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais – pluralidade e interdisciplinaridade – aliadas à finalidade de difusão de um conhecimento teórico e prático representaram um

grande desafio organizacional e metodológico para as entidades parceiras e os diversos setores envolvidos: técnico, administrativo, pedagógico e institucional.

A modalidade de educação a distância, em que não se exige o compartilhamento físico de espaço e tempo, atende às expectativas de um grupo de participantes plural, que terá a oportunidade de conhecer as diversas realidades e reavaliar a sua atuação. Para além do objetivo de capacitação, o que se esperava era que esse curso se tornasse, também, um instrumento de mobilização, visando a ampliar a reflexão e propiciar o debate sobre as possibilidades e os limites das políticas e programas de regularização fundiária em todo o Brasil.

De modo geral, o Curso Virtual foi muito bem sucedido e plenamente cumpriu seus objetivos, a julgar pelas declarações dos alunos no final do curso e mesmo desde então, bem como pelas avaliações preenchidas por um grupo de participantes.

Do grupo original de inscritos, cerca de 2/3 acompanharam regularmente o curso e cumpriram todas as tarefas. Ou seja, quantitativamente, das 867 matrículas efetuadas, 557 foram os alunos ativos que realizaram atividades e as encaminharam para correção e comentários. Desses 557 alunos ativos, 450 (81%), atingiram os requisitos para aprovação e certificação pela PUC Minas Virtual, isto é, realizaram, no mínimo, 70% (setenta por cento) das atividades propostas e obtiveram, no mínimo, 60 (sessenta) pontos distribuídos.

A participação nos “Fóruns de Discussão” do curso aumentaram a cada dia, sobretudo na medida em que os alunos passaram a dominar a tecnologia e perderam o receio de se exporem "em público".

Muitos dos que não participaram dos Fóruns de Discussão acompanharam o curso, cumprindo suas tarefas e fazendo cópias dos materiais, repassando as informações, etc. - são como os alunos de cursos presenciais que ficam quietos na sala de aula, mas que acompanham tudo e cumprem suas tarefas. Esses também receberam os certificados de conclusão do curso.

Os materiais preparados pelos professores foram, em geral, de alta qualidade, claros e objetivos, considerando a diversidade do público. Soma-se ao livro-texto impresso enviado aos alunos, mais 21 argumentos-orientações, além dos textos complementares disponibilizados no “Centro de Recursos” e uma série de materiais muito interessantes – casos concretos, questões, referências bibliográficas, teses de mestrado, leis, decisões judiciais, artigos de jornal, etc – trazidos diariamente para os “Fóruns de Discussão” pelos alunos e comentados pelos colegas, professores e tutores. Uma decisão ainda deve ser tomada acerca da possibilidade de seu aproveitamento de outras formas, por exemplo através de uma publicação.

Diversas "salas de bate-papo" foram organizadas, permitindo uma maior interação entre professores, alunos e tutores. Diversas videoconferências – uma delas preparada especialmente para o curso – foram disponibilizadas para os interessados.

Quanto aos demais inscritos, julgando pela experiência com outros cursos virtuais, é de se supor que muitos deles aproveitaram os materiais produzidos e acompanharam o curso de alguma maneira, porém sem se manifestar nos espaços de troca do curso – os Fóruns de

Discussão – e sem cumprir as tarefas. Esses alunos, contudo, não atingindo os requisitos de aprovação, não receberam o certificado final.

Com vistas a aprimorar cursos futuros e de forma a assegurar um grau de participação ainda mais significativo – afinal, os inscritos que não participaram tomaram o lugar de outros mais interessados e disponíveis, e talvez mais necessitados – um controle mais direto deve exercido sobre o processo de seleção dos participantes. Além de distribuir cotas entre as entidades-parceiras, seria interessante estabelecer critérios para o seu preenchimento, bem como oferecer mais vagas para os interessados de outras instituições, que poderiam se manifestar diretamente ou através da Rede de Regularização mantida pelo Ministério das Cidades.

O grupo de professores funcionou bem, com maior envolvimento de alguns do que de outros nos Fóruns de Discussão. O grupo de tutores selecionados pela PUC Minas Virtual foi excelente, e todos se dedicaram ao curso com vigor, dando um tratamento personalizado a cada um dos alunos sob sua responsabilidade, comentando as tarefas cumpridas e fazendo sugestões de todo tipo. Cada tutor acompanhou em média 90 alunos, o que demandou especial atenção às demandas individuais, haja vista a heterogeneidade do público participante. Também o apoio administrativo e tecnológico da PUC Minas Virtual foi exemplar. A disponibilidade e prontidão na construção, manutenção e atualização do ambiente virtual permitiu uma interação virtual sem percalços.

No plano técnico, a PUC Minas Virtual atendeu as necessidades e expectativas de provisão e adequação instrumental e informacional para a realização do Curso proposto. O papel fundamental desse setor no apoio técnico dos participantes selecionados, dos professores e dos tutores foi realizado com muito sucesso. Em relação a parte administrativa-operacional, as dificuldades de antecipação e correção do processo de seleção – a cargo do Ministério das Cidades – e inscrição dos participantes – a cargo da PUC Minas Virtual – levaram a um retardo na inserção de alguns alunos selecionados na plataforma virtual e, até mesmo, à desistência de uma pequena parcela. Em contrapartida, todo o material – CDs, livros e apostilas – foi encaminhado aos participantes regularmente inscritos antes do início do Curso e esse seguiu, sem grandes alterações, o cronograma proposto.

O setor de coordenação pedagógica da PUC Minas Virtual cumpriu o papel fundamental de assessorar os professores e tutores, bem como aperfeiçoar as metodologias e os conteúdos propostos. Em constante interação com os tutores, a relação tutor-coordenação pedagógica foi privilegiada para a melhor condução do processo de ensino-aprendizagem e de correção das atividades. Contudo, deve-se dizer que a relação professor-coordenação pedagógica estabelecida antes do início do Curso e intermediada pelos tutores ao longo do Curso, sofreu com a dificuldade de alguns professores em trabalhar de forma afinada com o restante da equipe.

Uma outra dimensão – legal – merece destaque em um balanço de avaliação final, tendo em vista os efeitos dos constrangimentos da legislação de direitos autorais. Em relação a essa última dimensão, foi verificado uma falta de clareza quanto às limitações e exigências impostas por essa legislação ao ensino à distância, prejudicial ao esforço de divulgação dos materiais – mapas, textos, artigos – enviados pelos professores. Alguns professores selecionados foram surpreendidos pelas limitações legais.

Por fim, uma avaliação de resultado nos parece fundamental. Tendo em vista o objetivo de capacitar agentes públicos e privados para a construção e implementação de políticas e programas de regularização fundiária de assentamentos informais uma questão central se coloca:

- em que medida o Curso Virtual de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais pode ser considerado um instrumento importante para a capacitação de agentes públicos e privados para a implementação das políticas e dos programas de Regularização Fundiária?

De um lado, o Curso Virtual de Regularização Fundiária cumpriu um papel fundamental na divulgação dos princípios e fundamentos conceituais das políticas e programas de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos. Em caráter unânime, as políticas e programas de Regularização Fundiária foram sustentadas juridicamente, fortalecendo a representação do Direito à Regularização Fundiária de Assentamentos Informais.

Por outro lado, também foram divulgadas e debatidas muitas experiências práticas na plataforma virtual, tanto pelos professores, quanto pelos participantes selecionados. Essa dimensão prática atendeu à expectativa de difusão das possibilidades e limites das políticas e programas de Regularização Fundiária e, também das diversas e criativas possibilidades de superação dos diversos entraves à construção e implementação das políticas e dos programas de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais de norte a sul do país.

Outro aspecto importante preenchido pelo Curso Virtual de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais a ser destacado foi a possibilidade da difusão do conhecimento em rede das diversas linguagens sobre um mesmo tema – jurídica, administrativa, urbanística. Esse aspecto nos parece fundamental para o objetivo de implementação das políticas e programas de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais, tendo em vista que na prática da implementação dos programas de regularização fundiária essas linguagens se misturam e, algumas vezes, até se contrapõem.

Finalmente, nos parece que o Curso de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos atingiu o objetivo de capacitar uma rede de agentes plural e interdisciplinar para a implementação de políticas e programas de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em dois pontos principais:

- o fortalecimento de uma representação das políticas e programas de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais como direito – Direito à Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos;
- abertura para a reflexão e construção de uma linguagem compartilhada entre as diversas instituições e os diversos agentes envolvidos com a gestão das políticas e programas de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais

Enfim, ao final desse período, podemos afirmar que avançamos através do Curso Virtual na discussão do direito fundamental à regularização sustentável, descobrindo novos instrumentos e abordagens para uma política pública consistente e duradoura, que conjugue medidas curativas de regularização às medidas preventivas de produção de terra urbanizada e de

moradia de interesse social. Certamente, contamos, hoje, com o empenho de mais algumas centenas de multiplicadores da agenda pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade.

Todavia, a avaliação mais importante é aquela feita pelos próprios alunos. Seguem em anexo abaixo alguns dos comentários colocados nos Fóruns de Discussões das últimas disciplinas do curso.

4 Conclusão

A plena materialização das possibilidades da nova ordem jurídico-urbanística é a condição para que um amplo processo de reforma urbana possa acontecer no Brasil. Contudo, para tanto é crucial que essa nova ordem jurídica seja devidamente conhecida pelos operadores do Direito e gestores urbanos; em especial, é de fundamental importância que tal ordem seja interpretada à luz dos seus próprios princípios.

Nesse contexto, a promoção de cursos de formação acadêmica de todo tipo sobre os temas do Direito Urbanístico se torna uma necessidade inescapável. A tradição de cursos virtuais nessa área que tem sido mantida pela PUC Minas Virtual já mostrou que há claramente um interesse crescente sobre o Direito Urbanístico, e que esforços não devem ser medidos no sentido de ampliar os processos de disseminação e reflexão sobre a agenda conceitual da nova ordem jurídico-urbanística. O ensino a distância, virtual, tem cumprido um papel especial nesse contexto, ignorando barreiras físicas, integrando olhares diferentes e aproximando membros de categorias profissionais distintas. Talvez de maneira ainda mais intensa do que os cursos tradicionais, os cursos virtuais tem permitido o encontro interdisciplinar entre juristas e não-juristas que é tão necessário para a consolidação das políticas públicas de inclusão socioespacial. O Curso Virtual de Regularização Fundiária, discutido acima, demonstrou de maneira inequívoca o potencial e o enorme alcance – quiçá mais de acordo com as realidades e necessidades do país – desse tipo de ensino para a ampla disseminação de informações, para a rápida multiplicação de efeitos, e para a crescente formação de atores mais capacitados para enfrentar os gigantescos desafios colocados pela crise urbana no país.

5 Anexo: Comentários de alunos do Curso Virtual em Regularização Fundiária

Parabenizo a todos pela organização e conteúdo do curso. Acho que vocês mereciam a certificação de qualidade ISO. Posso definir a matéria como "revolucionária" porque propõe uma visão "à brasileira" dos institutos, com visão focada em nossas experiências e realidades.

Paulo Luciano de Souza Teixeira

Ao concluir o Curso de Regularização Fundiária quero agradecer a sua atenção e de toda a equipe no desenvolvimento do curso.

Para mim foi uma experiência inovadora, que muito contribuiu para ampliar meus conhecimentos sobre o tema e possibilitar meios para ajudar à população pobre a obter uma moradia digna como dispõe o texto constitucional.

Agradeceria a gentileza de incluir meu nome e endereço na relação de pessoas que fazem parte da lista de ex-alunos da PUC MINAS VIRTUAL, cuja contribuição tem sido valiosa na concretização de uma nova tecnologia educacional a distância.

Reiterando meus sinceros agradecimentos, congratulo-me com toda equipe pelo indiscutível êxito do evento.

Cordialmente,

Joaquim Vieira de Azevedo Coutinho Neto

Gostaria de manifestar minha satisfação com o Curso sobre Regularização Fundiária, foi bastante proveitoso.

Obrigado

Edison Ribeiro Galvão

Caros professores, tutores e alunos,

Agradeço a todos pela riqueza de informações e adquirido durante o curso. Tivemos algumas dificuldades de acompanharmos as atividades pois ficamos sem máquina e acesso a internet aqui no Quilombo. Mas tenham certeza que esta sendo de muita valia o material disponibilizado no curso para a regularização das Comunidades Remanescentes dos Quilombos da Pedra do Sal e Sacopã.

Saudações Quilombola,

Damião Braga

(21) 9701-8905

damiaobraga@yahoo.com.br

O DESAFIO: O início do curso foi um Desafio: conciliar o estudo das matérias com os "atropelos" do dia-a-dia.

Poderia dizer, sem medo de errar, que faria tudo novamente pois valeu a pena!

Aprendi muito sobre temas de muita aplicabilidade, em especial, para o Município onde moro e trabalho.

O NOVO DESAFIO: Nesta semana fui visitar duas áreas públicas invadidas, sendo uma delas com famílias/moradores muito pobres e outra com famílias/veranistas de classe média.

À partir do reconhecimento do local, criei um grupo de trabalho para estudar a legalização dessas áreas.

No primeiro caso, famílias/moradores, optamos pela CUEM, e no segundo caso, famílias/veranistas, pela CDRU.

Apresentamos a sugestão ao Prefeito que concordou imediatamente e acenou com "sinal verde" para que fosse dado prosseguimento à regularização daquelas áreas.

O DESAFIO inicial, deu agora lugar para o NOVO DESAFIO: colocar em prática a teoria que vocês, Professores e Tutores, ministraram com dedicação e carinho.

Muito Obrigada!!!

JOYCE COSTA

A chance e honra únicas de participar de um amplo debate acerca da regularização fundiária, com tantos personagens qualificados, já seriam de fazer perder o fôlego. Mas as explicações, as diferentes opiniões e os comentários às respostas transformaram o curso em algo inimaginável para aqueles que não o realizaram e inesquecível para os que, como eu, esforçaram-se para estudar e cumprir as tarefas propostas. Obrigado pelas aulas, obrigado pela gentileza e polidez dos argumentos e correções às respostas por mim apresentadas e, finalmente, obrigado por nos receberem. Que nada disto tenha sido em vão. Que o MCidades saiba aproveitar o potencial dos concluintes deste projeto. Abraços, já com saudades.

Alan Borges

Car@s colegas!

Agradeço pela oportunidade de participar deste curso e também pelas experiências e materiais disponibilizados no mesmo.

" E nossa História, não estará pelo avesso assim, sem final feliz. Teremos coisas bonita pra contar. E até lá, vamos viver, temos muito ainda por fazer, não olhe pra trás, apenas começamos...." Renato Russo.

Nos veremos no grupo de regularização do Yahoo.

José Adelson - Um beijo da Bahia

Prezados,

Aproveito este último Fórum para dizer que gostei muito do curso e da oportunidade impar de poder refletir e mais uma vez discutir sobre a questão da regularização fundiária no país.

Fiquei realmente impressionada com as possibilidades do aparato tecnológico do curso a distância oferecido pela PUC Minas Virtual. Os fóruns de discussão e os chats foram, sem dúvida, espaços onde podemos perceber a diversidade e o alto nível de todos os colegas que participaram seriamente do curso.

É importante destacar o papel primordial do Ministério das Cidades – Secretária Nacional de Programas Urbanos SNPU na construção e coordenação do Curso .

Gostaria de agradecer a todos os professores e tutores em especial ao meu tutor Rafael Alves que com dedicação fez ótimos comentários a cada atividade realizada. O meu especial agradecimento também ao professor Edésio Fernandes. Agradeço a oportunidade de mais uma vez aprender com ele. Fico sempre muito impressionada com sua dedicação e seu especial talento como professor e jurista.

Por fim, espero que esta ação inédita do Ministério das Cidades em parceria com a Puc Minas seja a primeira de muitas, no sentido da montagem de uma grande rede de articulação com o comprometimento de diversos atores/ parceiros, chamando atenção para a regularização fundiária como ação capaz de promover a reforma urbana e inclusão social.

Parabéns a todos!!

Denise Gouvêa

Aproveito a oportunidade para externar minha satisfação pela oportunidade proporcionada a mim e aos demais colegas, as discussões foram muito ricas, e como você falou Professor Edésio foi descortinado um cenário nacional acerca do problema. Creio que aqui no Sul um dos principais problemas fora a região metropolitana de POA a questão central é a titulação, mas regularização são três aspectos não é mesmo?

Fiquei feliz com a notícia de que os materiais dos demais cursos serão oportunamente disponibilizados, porque pelo fato de ter de escolher entre dois de quatro módulos, todos eles interessantes é de partir o coração.

Felicidades a todos os colegas nesta incansável luta de tornar muitos de nossos irmãos, também cidadãos!

Edison Galvão

Prof. Edésio: Nesta reta final do curso só me resta fazer o mais sincero, do fundo do coração, agradecimento por ter tido a rara oportunidade de fazer parte dessa legião de pessoas interessadas em contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas mais humildes e, por que não, com isso, também, com a administração pública das cidades brasileiras na busca do bem estar de todos.

Gostaria de deixar registrado que, apesar das dificuldades de toda ordem que enfrentei durante o período de duração do curso, tentei superá-las da melhor maneira possível, não olvidando de que, não fosse a compreensão, principalmente, dos Professores Tutores: Rafael e Helena, aos quais endereço um agradecimento especial, talvez, não teria conseguido chegar até aqui.

Perda de ente querido no início do curso, dificuldades de acesso virtual em diversos momentos, troca de equipamentos em caráter de urgência, compromissos profissionais inadiáveis em dias e horários estabelecidos para cumprimento de etapas do curso: Chat's, reuniões, discussões etc... foram algumas das barreiras enfrentadas.

Todavia, a consciência da aplicação do dinheiro público para a realização do curso e o custeio do valor da inscrição pela associação de classe profissional a qual pertença foram motivos para a minha aplicação, muitas vezes com sacrifícios, mas, valeu a pena. E como valeu.

Não poderia deixar de agradecer também a equipe de apoio do setor de informática que, muito atenciosos, não deixaram, em nenhum momento de me apoiar para que conseguisse solucionar os problemas que enfrentei, no início, nessa área. Cumprimento a todos nas pessoas de Lucas, Mateus e Viviane.

Por fim, meus cumprimentos ao Ministério das Cidades e à PUC Minas pela iniciativa, que ficará marcada em minha vida.

Obrigado.

Dorival Moreira dos Santos

Professor Edésio, e todos os Professores e tutores,

Meus sinceros agradecimentos por esta ótima oportunidade de participar deste curso, rico em conteúdo, e que me valeu uma aprendizagem valorosa e significativa. Acho que o tema regularização fundiária e o programa do Ministério das cidades neste sentido, são um novo caminho, que apesar de ter muitas dificuldades de transformar a realidade, em menos contraditória no contexto do significado de "habitação" em uma sociedade culturalmente patrimonialista, estão inseridos em um movimento dinâmico, pós-moderno, de busca de qualidade de vida sustentável, e visão coletiva de responsabilidade que necessita do avanço cultural social para perspectivas comunitárias, solidárias, e mais justas. Sinto, esta necessidade, apesar, do tempo curto e assoberbado de participar de encontros onde impere a UTOPIA ECOLÓGICA, tão bem descrita pelo Professor Boaventura Santos, no livro "Pela mão de Alice".

Agradeço, profundamente a oportunidade, um grande abraço a todos.

ANA CLÁUDIA DA SILVA ALEXANDRE/ DEFENSORA PÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inicialmente gostaria de agradecer pela oportunidade que a mim foi concedida de participar deste curso. Para mim foi uma surpresa, pois nunca tinha feito um curso virtual e tinha dúvidas da sua eficácia. Entretanto, o curso foi excelente, com conteúdo rico e com proposições que muito valeu para o enriquecimento da aprendizagem. Com certeza nem todo curso presencial é tão organizado e cobra tanto do aluno a dedicação e cumprimento das atividades a ele imposta.

Como também, chamou minha atenção a correção das atividades que são analisadas e orientadas individualmente, complementando assim a aprendizagem e propondo ao aluno uma reflexão maior sobre as suas respostas.

Sabemos que a Regularização fundiária é um desafio muito grande para o nosso país, mas que com a vontade política dos governos e a disponibilidade de grupos comprometidos com a defesa da causa tudo é possível.

A pedra fundamental foi lançada por vocês que fazem o programa do Mcidades e da equipe da Puc Minas, resta agora a todos nós, (das diversas cidades do Brasil) que tivemos a oportunidade de participar deste curso, colocar em prática os ensinamentos, propondo mudanças necessárias para efetividade da regularização fundiária em todo o território nacional. Sonho? Pode ser... Mas vale a pena tentar!

Parabéns!

Nayde Freire

Gostaria de agradecer o empenho da equipe em garantir a todos um material tão rico, e nos colocar a disposição o material dos outros módulos. Parabéns, e aguardamos novos cursos de capacitação deste nível. Parabéns

Paulo Silva

Apesar ter ter iniciado o curso com um mês de atraso e de estar as voltas com atividades de capacitação junto a várias equipes de planos diretores no nosso Estado, este curso foi de suma importância por propiciar um aprofundamento de questões que tenho tido oportunidade de discutir no dia a dia. Em especial pela oportunidade também de discutir medidas mais recentes e que estão intrinsicamente ligadas ao processo de discussão de planos diretores.

Já tive o privilégio de participar em 2001, inclusive no período de aprovação do Estatuto, do curso de Direito Urbanístico promovido pela PUC Minas com a coordenação do Edésio o qual vem contribuindo de forma decisiva no desbravamento e esclarecimento para todos nós acerca do novo marco jurídico-urbanístico que respalda a política nacional de desenvolvimento urbano, na perspectiva de construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Parabéns a todos pelo grande trabalho realizado

José Aguiar

Gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar a todos os responsáveis pelo excelente curso que está sendo finalizado. Superou todas as expectativas, foi de uma qualidade ímpar, um curso virtual, à distância, tão dinâmico, tão presente, tão interativo, tão proveitoso.

Tanto a organização, minuciosa e muito bem programada, quanto o conteúdo tão bem colocado realmente acrescentaram muito ao conhecimento e principalmente à aplicação dos princípios legais para a regularização fundiária de interesse social.

Sinceramente agradeço a todos, dá para sentir o trabalho feito com o coração, com a alma, pois o tema é de difícil compreensão para quem trabalha com urbanismo, não é só o Estatuto da Cidade e outras leis mais simpáticas, mais amigáveis, existe aquele emaranhado de leis antigas, fechadas, hostis, que ficaram mais decifráveis, mais disponíveis para as nossas possibilidades de atuação.

Valeu muito, obrigada,

Vera

Acredite Professor que a satisfação foi toda nossa. Principalmente para aqueles que, como eu, são iniciantes na discussão desta nova forma de pensar as questões acerca da regularização fundiária.

Infelizmente desejaria ter participado muito mais do que me foi possível, mas com certeza a troca de experiências e todo o material disponibilizado representa apenas o início de uma nova forma de pensar e abordar os assentamentos informais urbanos.

Abraços a todos aqueles que participaram direta e indiretamente do curso e até a próxima

Kainara Anjos

Nesse final de curso cabem algumas considerações.

A iniciativa do Ministério das Cidades, com a parceria do Cities Alliance foi muito importante, pois um curso como esse é fundamental na disseminação do conhecimento e da nova legislação.

Gostaria de ter participado mais, inclusive das discussões, espaço importante para a troca de informações e para dirimir dúvidas. No entanto, sempre que tive tempo li os comentários e os pontos

em discussão que mais me interessaram. A minha participação na realização das muitas atividades (realizei os 5 módulos), tentando compatibilizar o meu tempo com o trabalho foi muito importante. Sinto que ao fazer as atividades, o exercício é fundamental para alargar o conhecimento. Agradeço a minha tutora Vivian, que sempre avaliou minhas atividades com muita dedicação, comentado com detalhes. Agradeço também ao professor Edésio Fernandes, que com dedicação e competência acompanhou todos os módulos e contribuiu sobremaneira, compartilhando com todos nós o seu vasto conhecimento sobre o tema do curso.

Acredito que essa iniciativa deve se repetir proporcionando oportunidade de participação de maneira democrática (no sentido do custo do curso) e que possamos aprimorar nossa prática e que tenhamos outros momentos como esse para a troca de experiências e informações

Sandra Ribeiro

Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer todos os envolvidos com a organização do curso. Os ensinamentos passados foram de grande valia e tenho certeza que a avaliação dos impactos de um curso dessa natureza demonstrará a sua importância.

No município (Rio Negrinho/SC) onde exerço as funções de Promotor de Justiça, estávamos passando por grandes dificuldades para organizar um programa de regularização de assentamentos urbanos informais e com o curso não apenas iniciamos esse projeto, com uma parceria entre o Ministério Público e a Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, como firmamos nessa última semana de curso o primeiro Termo de Ajustamento de Condutas para regularização de um loteamento irregular.

Certamente resultados como esse surgirão em todo o país e só tenho a agradecer pela oportunidade que esse curso deu para profissionais das mais diversas áreas se atualizarem nessa importante temática.

Max Zuffo

Promotor de Justiça em Rio Negrinho

Ministério Público de Santa Catarina

Caros Colegas, tutores, professores, técnicos, pessoal administrativo, enfim, todos os envolvidos nesta grande empreitada.

Solicitei a inscrição neste curso pois o meu Município se ressentia muito da falta de técnicos, e, como sou ávida por conhecimentos e o valor monetário da inscrição era irrisório... **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA? SEI LÁ! TALVEZ SEJA DESCOBRIR UMA MANEIRA BARATA DE AJUDAR OS MENOS FAVORECIDOS ECONOMICAMENTE A TITULAR AS SUAS MORADIAS. QUE VERGONHA!!!**

Logo no primeiro dia descobri a minha "Santa Ignorância". Hoje termino o último módulo e me sinto mais rica. MUITÍSSIMO mais rica. Oxalá todos tivessem a oportunidade de descobrir assim como eu a importância da regularização fundiária para a sustentabilidade das nossas cidades. E como é importante essa sustentabilidade. Tivéssemos pensado nisso 50 anos atrás teríamos com certeza cidades menos violentas, mais humanas e muito mais pessoas exercendo plenamente a sua condição de Seres Humanos.

Apreendi tanto com o material, quanto com as discussões e textos apresentados neste fórum, muito mais que em quatro anos de universidade. Como é enriquecedor fazer parte de uma turma tão diversa! Como é gratificante ler os comentários e artigos que nos foram colocados.

Fico com um sentimento de vazio por não ter participado de todos os chats. É uma pena, mas meus horários de trabalho e de estudo não me deixaram muito tempo livre. Sinto também que nos dois últimos módulos por força de problemas particulares, não me aprofundi muito nas questões colocadas.

Agora, resta agradecer. Agradecer a todos os envolvidos, pela riqueza do material disponibilizado, pela dedicação, e pela oportunidade que me foi oferecida.

Fico na expectativa de em outra oportunidade poder participar de outra empreitada tão gratificante, prazerosa e engrandecedora.

Termino o curso, com um sentimento de que tentarei de todas as maneiras que me forem possíveis, aplicar o que aprendi no meu pequeno Município. Acho que devo isso aos que me transmitiram tanta coisa significativa. Acho que devo isso à sociedade.

Pretendo ainda nesse semestre, promover treinamento com os técnicos envolvidos com a implantação do Plano Diretor em Maxaranguape.

Difundir o aprendizado, por em prática o que aprendi aqui neste ambiente, será a única maneira de agradecer a todos.

Que Deus me permita ter outras oportunidade como esta!

Que Deus permita a cada um de vocês, a oportunidade de contribuir para a construção de cidades mais humanas sustentáveis.

Assim, seremos atores na construção de uma sociedade mais justa.

Um muito obrigado!

Narciza (Secretária Municipal de Planejamento - Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN)

Agradeço profundamente a oportunidade de participar deste curso e com ele de participar da construção de uma nova consciencia e realidades urbanas.

Espero reencontrar em outras oportunidades os organizadores a quem parabenizo e agradeço pela utilização de ferramentas tecnológicas eficientes e participativas e pela disponibilização de material didático tão rico, os tutores, a quem agradeço pela dedicação na correção e na resposta aos questionamentos, e a todos os colegas que com as contribuições formaram um panorama do avanço das questões urbanas em todas as regiões do país.

Oportunidades como esta são um alento para todos aqueles que militam nas causas urbanas a mais de 30 anos e uma esperança para as novas gerações que contam com instrumentos eficientes para balizar a pratica profissional. Ganham as nossas cidades e com elas ganhamos todos nós!!!

Sinceramente,

Regina Luz

meu email: relluz@uol.com.br

OBRIGADO A TODOS OS ENVOLVIDOS NUM PROJETO COMO ESTE. UM VERDADEIRO PROJETO DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DE PESSOAS PREOCUPADAS COM OS RUMOS DE NOSSAS CIDADES. NUM PRIMEIRO MOMENTO, ATÉ ACHEI QUE SERIA BEM MAIS FÁCIL, POR SER "VITUAL", MAS AGORA NO FINAL TENHO A GRATA SATISFAÇÃO DE VER QUE A FORMA SÉRIA E RESPONSÁVEL COMO O MESMO FOI CONDUZIDO, NOS COLOCOU EM BUSCA E PESQUISA DE NOVAS SOLUÇÕES OU DE SOLUÇÕES SURRADAS, MAS NÃO APLICADAS. SAIO, MUITO MELHOR DO QUE ENTREI. OBRIGADO PELA OPORTUNIDADE. PROMETO ME EMPENHAR EM APLICAR OS CONHECIMENTOS OBTIDOS E DIVIDÍ-LO COM OS OUTROS. QUERO E BUSCO UMA CIDADE MAIS JUSTA PARA TODOS. VOU DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO. VOU DAR , O QUE GANHEI. MUITO OBRIGADO.

ARQ. PAULO RICARDO - ARARANGUÁ-SC arqpauloricardo@engeplus.com.br